



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

20/03/2023



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

STF começa a julgar idade mínima da aposentadoria especial do INSS

Em julgamento no STF (Supremo Tribunal Federal), o ministro Luís Roberto Barroso reconheceu como constitucional os dispositivos da reforma da Previdência que determinam a aplicação de idade mínima na aposentadoria especial do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social).

Barroso é relator na ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) 6309, proposta pela CNTI (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria), que começou a ser julgada no plenário virtual do Supremo nesta sexta-feira (17). O julgamento deve terminar na próxima sexta (24).

Na ação, ajuizada no início de 2020, a CNTI defende a inconstitucionalidade das regras da reforma que determinaram a instituição de idade mínima na aposentadoria especial, de pontuação mínima durante o período de transição e o fim da conversão de tempo especial em comum.

Para a confederação, a nova norma, que passou a vigorar em 13 de novembro de 2019, viola a Constituição, pois acaba com a finalidade deste tipo de benefício, de evitar que o profissional que trabalha em atividade prejudicial à saúde sofra prejuízos em decorrência da exposição ao agente nocivo por tempo superior ao que ele pode suportar.

Com isso, o argumento utilizado é de que o trabalhador nestas condições não pode aguardar a idade mínima em atividade prejudicial, arriscando sua saúde. Fernando Gonçalves Dias, que defende a confederação no Supremo, afirma que, se o STF definir a regra como constitucional, a aposentadoria especial pode deixar de existir.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sábado 18 de março.

Negociação indica que mínimo de SP deve ficar aquém do prometido

O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) negocia com movimentos sindicais o novo valor do salário mínimo no Estado de São Paulo para a encaminhar a proposta à Assembleia Legislativa (Alesp) até o fim deste mês. A tendência, porém, é a de que o governador não consiga chegar aos R\$ 1.806,59 reivindicados pelas centrais nem cumpra os R\$ 1.550 prometidos durante a campanha eleitoral do ano passado.

A proposta dos sindicatos é considerada "completamente inviável" pelo governo estadual. O Palácio dos Bandeirantes afirma ter feito "análises de impacto" do novo piso salarial e trabalha atualmente com um cenário no qual o mínimo estadual deverá ficar abaixo de R\$ 1.550 - sem especificar um valor exato.

Segundo a secretária executiva da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Juliana Cardoso, não há atualmente margem na Lei Orçamentária Anual (LOA) para chegar aos R\$ 1.550 prometidos por Tarcísio. "Se aumentar muito, o Estado também não consegue absorver esse aumento. Esse acaba sendo o nosso fator limitante", disse. Juliana afirmou ainda não haver uma estimativa do valor final. "Acredito que não vai bater exatamente (os R\$ 1.550), mas vai chegar próximo. Próximo para menos."

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sábado 18 de março.

População com trabalho cai, e desemprego fica em 8,4%

A taxa de desemprego ficou em 8,4% no trimestre até janeiro, o primeiro mês do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT), apontam dados divulgados nesta sexta-feira (17) pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Conforme o órgão, o indicador apresentou estabilidade em termos estatísticos frente ao trimestre até outubro de 2022 (8,3%), o período anterior da série histórica comparável da Pnad Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua).

A taxa de 8,4% é a menor para o intervalo até janeiro desde 2015, quando estava em 6,9%. Analistas, contudo, enxergam reflexos da desaceleração da atividade econômica sobre parte dos indicadores da pesquisa.

A população ocupada com algum tipo de trabalho, por exemplo, caiu para 98,6 milhões até janeiro. O dado significa uma baixa de 1% (menos 1 milhão de pessoas) em relação ao trimestre anterior. A queda veio após uma sequência de nove trimestres de crescimento ou estabilidade.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sábado 18 de março.

Sodexo diz que tempo de consumo do vale-refeição ficou mais curto neste ano

O tempo de duração do vale-refeição ficou mais curto neste ano, segundo levantamento da Sodexo. Na média dos dois primeiros meses do ano foram apenas 11 dias.

O intervalo é menor do que o registrado em 2022, quando a média anual ficou em 13 dias. A queda é atribuída à inflação.

Apesar da redução no tempo em que o trabalhador gasta seu vale-refeição, a Sodexo diz ter registrado um crescimento no crédito oferecido pelas empresas para o benefício no primeiro bimestre deste ano em relação ao mesmo período do ano passado.

No recorte regional, o Centro-Oeste teve o maior aumento no valor disponibilizado para os trabalhadores, com alta de 18%, seguida por Sul (16%), Sudeste (15%), Nordeste (11%) e Norte (1%).

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sábado 18 de março.

Governo Lula prevê crescimento menor e estouro da meta de inflação em 2023

Em sua primeira divulgação de projeções econômicas desde o início do mandato, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) informou prever um crescimento mais tímido da economia em 2023, embora o dado ainda seja mais otimista do que o esperado pelo mercado.

O Ministério da Fazenda calcula um crescimento de 1,61% do PIB (Produto Interno Bruto) neste ano, menor do que a estimativa anterior, feita ainda na gestão de Jair Bolsonaro (PL), que previa uma alta de 2,1%.

No Boletim Focus, do Banco Central, a expectativa de analistas do mercado até melhorou nas últimas semanas, mas ainda é de um avanço de 0,89% neste ano.

O governo também estima um novo estouro da meta de inflação em 2023 —se confirmado, será o terceiro consecutivo. A projeção para o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) saiu de 4,6% para 5,31%. A meta neste ano é de 3,25%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou menos.

Os novos números foram divulgados nesta sexta-feira (17) pela SPE (Secretaria de Política Econômica).

Segundo o órgão, a nova projeção do PIB incorpora os efeitos negativos da alta de juros sobre a atividade econômica. "A previsão anterior, feita em novembro de 2022, minimizava os efeitos contracionistas da política monetária sobre o ciclo econômico e sobre o mercado de crédito", diz o boletim.

No caso da inflação, a SPE disse que incorporou um cenário "mais realista" para os preços de bens e serviços monitorados, como tarifas de energia elétrica e planos de saúde. A reoneração de tributos federais sobre a gasolina também foi considerada.

"Apesar de a medida provocar uma pequena elevação dos preços do combustível na bomba no curto prazo, auxilia o equilíbrio fiscal, contribuindo para redução estrutural da inflação, além de trazer benefícios para o meio ambiente", diz o documento.

O governo também revisou para baixo a projeção de crescimento do PIB em 2024, de 2,5% para 2,34%, mas elevou a estimativa de 2025 para 2,76%.

A inflação medida pelo IPCA, por sua vez, deve ter alta de 3,52% no ano que vem e convergir para a meta de 3% a partir de 2025.

Em entrevista coletiva, o secretário de Política Econômica, Guilherme Mello, disse que a mudança no cenário de liquidez internacional, diante da alta nas taxas de juros dos Estados Unidos e de países da Europa, tem afetado o ambiente econômico no Brasil.

A elevação na taxa Selic entre 2021 e 2022 também contribuiu para a desaceleração nas concessões de crédito no país, tanto a empresas quanto a pessoas físicas.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, domingo 20 de março.